


RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO
ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN PSYCHOLOGY TRAINING
RELACIONES ÉTNICO-RACIALES EN LA FORMACIÓN DEL PSICÓLOGO

 <https://doi.org/10.56238/arev7n7-346>

Data de submissão: 30/06/2025

Data de publicação: 30/07/2025

Cristiane de Carvalho Guimarães

Doutora em Educação

Instituição: Universidade Estácio de Sá

E-mail: cris.cguima@gmail.com

Cláudia Freire Vaz

Doutora em Psicologia Social

Instituição: Universidade Estácio de Sá

E-mail: claudiafreirevaz@gmail.com

Maria Angélica Peixoto de Albuquerque

Especialista em Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral

Instituição: Fundação Getúlio Vargas

E-mail: angelica.albuquerque@gmail.com

Stephany Carvalho La Torre

Bacharel em Psicologia

Instituição: Universidade Estácio de Sá

E-mail: Latorrestephany12@gmail.com

Janaina Cavalcanti

Especialista em Recursos Humanos

Instituição: Faculdade Iguazu

E-mail: janainacavalcanti_3@hotmail.com

Estela Lima da Costa

Graduanda em Psicologia

Instituição: Universidade Estácio de Sá

E-mail: Costalimaestela@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar a percepção dos estudantes da graduação em Psicologia (Universidade Estácio de Sá, campus Maracanã) sobre as relações étnico-raciais presentes no universo acadêmico e verificar se sua formação tem alguma influência nesta percepção. Pesquisa qualitativa com aplicação de 113 questionários em estudantes, 17 com os professores e realização de dois grupos focais. A análise dos dados informa que os professores se dizem preparados mas não trazem autores negros como referência; os estudantes querem estudar, mas não são oferecidas informações e/ou bibliografia. Algumas reflexões se destacam: como preparar psicólogos capazes de lidarem com a questão das relações étnico-raciais e suas consequências na formação da subjetividade

humana sem a presença da discussão? A partir deste pequeno recorte da Universidade, o que parece é que ela segue sendo um microcosmo da sociedade e as questões das relações étnico raciais parecem estar na esfera da discussão social e não como um ferramental prático na atuação do psicólogo e parece existir ausência de conhecimento sobre a influência da questão na formação da subjetividade. Acredita-se que a pesquisa pode contribuir para a mudança ou inclusão do tema nos cursos de Psicologia e para formação de profissionais mais qualificados.

Palavras-chave: Formação em Psicologia. Questões Étnico-Raciais. Branquitude. Falta de Conhecimento dos Professores.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the perception of undergraduate Psychology students (Estácio de Sá University, Maracanã campus) regarding ethno-racial relations within the academic environment and to verify if their education influences this perception. This was a quali-quantitative research study, involving the application of 113 questionnaires to students, 17 to professors, and the conducting of two focus groups. Data analysis indicates that professors claim to be prepared but do not reference Black authors; students want to study the topic, but no information and/or bibliography is offered. Several reflections emerge: How can psychologists be prepared to deal with ethno-racial relations and their consequences on the formation of human subjectivity without engaging in this discussion? Based on this small snapshot of the university, it appears to remain a microcosm of society, and issues of ethno-racial relations seem to be within the sphere of social discussion rather than a practical tool in the psychologist's professional practice. There also appears to be a lack of knowledge about the issue's influence on the formation of subjectivity. It is believed that this research can contribute to changing or including the topic in Psychology courses and to training more qualified professionals.

Keywords: Psychology Training. Ethno-Racial Issues. Whiteness. Lack of Knowledge Among Professors.

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue analizar las percepciones de estudiantes de Psicología (Universidad Estácio de Sá, campus Maracanã) respecto a las relaciones étnico-raciales en el ámbito académico y determinar si su formación académica influye en dicha percepción. Este estudio cualitativo y cuantitativo consistió en la administración de 113 cuestionarios a estudiantes, 17 a profesores y dos grupos focales. El análisis de los datos revela que los profesores afirman estar preparados, pero no utilizan autores negros como referencia; los estudiantes desean estudiar, pero no se les ofrece información ni bibliografía. Se destacan algunas reflexiones: ¿cómo podemos preparar psicólogos capaces de abordar la cuestión de las relaciones étnico-raciales y sus consecuencias para la formación de la subjetividad humana sin la presencia de un debate? Con base en esta pequeña muestra de la universidad, parece que esta sigue siendo un microcosmos de la sociedad, y las cuestiones de las relaciones étnico-raciales parecen confinadas al ámbito de la discusión social en lugar de ser una herramienta práctica en el trabajo de los psicólogos. Parece existir un desconocimiento sobre la influencia de este tema en la formación de la subjetividad. Se cree que la investigación puede contribuir a la transformación o inclusión del tema en los cursos de Psicología y a la formación de profesionales más cualificados.

Palabras clave: Formación en Psicología. Cuestiones Étnico-Raciales. Blancura. Desconocimiento del Profesorado.

1 INTRODUÇÃO

Em 2003 foi outorgada a Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003), que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas grades curriculares de ensino público e privado na Educação Básica e em 2008 foi outorgada a Lei nº 11.645 (Brasil, 2008), que modifica a lei anterior e exige também que seja trabalhada a questão indígena. Essas leis não incluem o ensino superior, mas o Parecer nº 3/2004 e a Resolução nº 1/2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE) indica que essa diretriz deve ser incluída nos conteúdos transversais nas disciplinas e em outras atividades curriculares em todos os níveis de ensino, inclusive no nível superior. Inspirada nessas diretrizes, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Federação Nacional de Psicólogos (FENAPSI) decidiram, em 2018, revisar as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN)¹ e contemplar tais temáticas nos cursos de graduação em todo o território Brasileiro.

Concebendo a formação como um espaço privilegiado para a construção de conhecimento, de saberes e de atuações, é necessário que sejam apresentadas aos estudantes esta temática, de modo a fornecer elementos para uma leitura crítica da realidade e subsídios para as práticas interventivas, comprometendo-se, assim, com um exercício ético-político da profissão. Concordando ainda com o que diz Arraes (2013) sobre o papel político da Psicologia e sobre a necessidade do psicólogo estar atento e sensível ao que acontece na sociedade, entendemos que o que se passa no mundo atravessa o sujeito e produz subjetividade, logo esses elementos precisam fazer parte da graduação em psicologia. Este é um campo político e é impossível viver em sociedade sem que haja a interação do indivíduo com meio social. É fundamental entender a cultura que estrutura o campo social, tanto enquanto sujeito que a reproduz quanto enquanto agente de transformação.

Os currículos da graduação em Psicologia devem, portanto, incluir as temáticas relativas às questões de gênero, raça e etnia, que são elementos indispensáveis para que se realize uma análise crítica da constituição dos sujeitos. Independente de sua abordagem ou área de atuação, o psicólogo deve desenvolver a capacidade de compreender todos os fenômenos construídos em sociedade e produzem subjetividade, pois, como diz Veiga (2019), “O sofrimento psíquico não é da ordem da intimidade, ele é político”.

Diante da negação da sociedade brasileira acerca da identidade racial e das desigualdades (Bento, 2002 *apud* Schucman, 2014), é imprescindível que os estudantes de Psicologia consigam ter uma postura crítica diante dos fatos, como sujeitos constituídos em uma sociedade que demarca o negro

¹O Ministério da Educação publicou as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação em Psicologia em 11 de outubro de 2023.

como pertencente a um lugar inferior, ocupando subempregos ou restritos a arte e esporte (Carvalho; Souza, 2020).

Propõe-se aqui reconhecer que as desigualdades raciais são produtoras de subjetividade, tanto para brancos como para negros, e a investigação de como este tema tem sido tratado no curso de graduação em Psicologia (Campus Maracanã), afetando a percepção de seus estudantes.

Considerando que, segundo o Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia da Universidade Estácio de Sá (2017), o egresso tem como perfil ser um profissional crítico, reflexivo e humanístico, apto a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde psicológica e psicossocial, tanto em nível individual quanto coletivo, bem como realizar seus serviços dentro de padrões de qualidade e dos princípios éticos, acredita-se que é fundamental reconhecer estas questões em sua formação assim como seu entendimento sobre como estas questões são produtoras de subjetividade.

Sendo orientada por esses princípios, foi então iniciada a pesquisa que acessou estudantes e sua visão sobre a presença da temática no curso. Foram escolhidos discentes do primeiro e do último ano do curso, com a intenção de analisar comparativamente suas respostas. Os sujeitos da pesquisa responderam a um questionário, via Google forms, e também participaram de grupos focais.

Ao longo do trabalho também foi decidido pelo grupo de pesquisa que os professores, que estavam sempre sendo citados pelos estudantes, também precisavam ser abordados sobre o tema. E por isso foram aplicados 17 questionários para esse público.

Os dados colhidos foram submetidos à Análise de Conteúdo de Bardin (2011), investigando o que foi dito nos questionários e também nos grupos focais. Na análise do material, buscou-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos de estudantes e professores. Procedeu-se uma Análise Categorical que funciona por operações de desmembramento do texto em unidades (decomposição), para serem em seguida agrupadas em categorias, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido.

A pesquisa foi realizada dentro do Programa de Iniciação Científica da Universidade Estácio de Sá e submetida ao Comitê de Ética da mesma Universidade (Parecer 6.125.675). Ela foi autorizada pela gestão do *campus* em questão, e também pela coordenação do curso de graduação em Psicologia. A condução da pesquisa seguiu os preceitos da Resolução do Conselho Nacional de Saúde (Resolução nº 466, 2012), garantindo a autonomia, a não-maleficência, a beneficência e a justiça bem como o disposto na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Estudar o complexo fenômeno das relações étnico raciais na formação em Psicologia, considerando as percepções de estudantes, passa pela compreensão da cultura, da identidade dos grupos, dos afetos envolvidos, assim como pela consideração da dimensão sociopolítica da educação e a questão do racismo no Brasil. A opção metodológica deve permitir, portanto, uma visão ampla do fenômeno estudado e a percepção de sua dinamicidade. Optou-se assim por realizar uma pesquisa exploratório-descritiva, de abordagem quali-quantitativa, cuja abordagem é multimetodológica, com a utilização dos procedimentos técnicos de análise documental e aplicação de questionários e grupos focais.

Foram aplicados 113 questionários com estudantes (dos dois primeiros semestres e dos dois últimos semestres do curso) e 17 com os professores do curso (via *google forms*) e realizados dois grupos focais com os estudantes presencialmente. Importante ressaltar que, apesar de não fazerem parte do projeto original, foi decidido pelo grupo de pesquisa que os docentes eram peça fundamental no processo e por isso esses dados eram necessários. As perguntas versaram sobre: identificação, filiação religiosa, o que se acredita serem relações étnico-raciais, se acredita que estas relações afetam/constituem a subjetividade do sujeito. Foi perguntado também sobre as disciplinas ou temas de seu curso que abordam ou abordaram a questão das relações étnico-raciais e se o sujeito já sofreu ou presenciou algum episódio de racismo dentro das atividades do curso. O questionário aplicado aos professores foi praticamente igual, inserindo as perguntas sobre seu tempo na docência e se utilizavam autores negros em suas bibliografias ou aulas.

Os dois grupos focais foram realizados com estudantes do primeiro e segundo semestres do curso e outro com estudantes dos dois últimos semestres do curso. Tiveram oito estudantes, e se estimulou a livre discussão sobre o tema. O grupo foi realizado por participantes do grupo de pesquisa que assumiram os papéis de coordenador, um auxiliar que funcionou como observador e um membro do grupo de pesquisa que anotou todos os comentários.

Os questionários foram quantificados, classificados e analisados (dados que serão apresentados abaixo). Em seguida foi estabelecida uma conexão entre o que foi respondido pelo primeiro em relação ao segundo grupo de entrevistados. Verificou-se as diferenças na qualidade das respostas.

Quanto ao grupo focal a metodologia de análise baseou-se num comparativo entre os dois grupos verificando a profundidade do entendimento do tema relações étnico-raciais, o nível de sensibilização para o tema e o compromisso dos participantes com o tema.

3 RESULTADOS

3.1 QUESTIONÁRIOS

Os sujeitos serão identificados por uma inicial do nome, sua idade e autodeclaração de cor. Os dados dos estudantes revelam que 98% se identificam como cisgêneros e 2% como gênero fluído, a faixa etária varia entre 18 e 64 anos e no que diz respeito aos diferentes semestres do curso de Psicologia, os estudantes estão distribuídos de forma variada: 40 estão no 1º semestre, 22 no 2º, 22 no 9º, 29 no 10º.

Em termos de autodeclaração étnico-racial, a maioria dos estudantes se identificou como branco (63%), seguidos por pardos (19%), pretos (16%) e amarelos (2%). Quando se trata de renda familiar, os dados mostram uma distribuição diversificada: 26% têm uma renda de 4 a 6 salários-mínimos, 43% têm até 3 salários-mínimos, 22% têm de 7 a 11 salários-mínimos, e 9% têm acima de 11 salários-mínimos.

Quando questionados sobre a importância de incluir o tema das Relações Étnico-Raciais no currículo, a maioria (89%) respondeu positivamente, enquanto 11% responderam negativamente. Sobre a experiência

com material que aborda tais temas durante a graduação, 32 estudantes afirmaram ter participado ou tomado conhecimento; 81 responderam que não.

Quando se trata da inclusão de autores negros como referência no currículo, a maioria dos estudantes (86%) revelou não ter tido este material. Embora grande maioria dos estudantes (91%) expressem o desejo de cursar disciplinas com essa temática, a realidade contrasta, uma vez que a maioria expressiva (89%) nunca teve a oportunidade de cursar uma disciplina com enfoque racial e apenas 11% tiveram essa oportunidade e experiência.

Além disso, 47% dos estudantes afirmam ter identificado professores negros durante a graduação, enquanto 53% negam essa observação. Vinte e oito estudantes relataram ter presenciado ou vivenciado situações constrangedoras de racismo durante as atividades do curso, sem receber a intervenção ou apoio adequado por parte de colegas, professores ou outros profissionais da universidade. Em contradição, apenas um professor relatou ter presenciado algum tipo de comportamento relacionado ao racismo em sala de aula.

A idade dos professores varia entre 32 e 67 anos, com 88% se declarando branco e 12% pardos. Sua experiência no Ensino Superior varia de 5 a 30 anos. Quase todos (16) reconhecem a importância de contemplar o tema no currículo, mas nenhum inclui autores negros como referência em suas disciplinas. A análise dos dados informa que os professores que se dizem preparados para discussão

do tema não trazem autores negros como referência; os estudantes querem estudar, mas não são oferecidas informações e/ou bibliografia.

3.2 GRUPOS FOCAIS

Os dois grupos focais realizados aconteceram nas dependências do próprio campus. O grupo de estudantes do último ano de curso foram reunidos em uma sala do Serviço de Psicologia Aplicada e o outro grupo de estudantes em sala de aula, após o término de uma aula teórica. Os grupos tiveram a coordenação de um membro da equipe de pesquisa, um observador auxiliar e um outro membro que anotou comentários. A fala dos estudantes foi gravada em áudio com autorização de todos. A ideia do grupo era estimular a livre discussão sobre a temática e portanto, para iniciar o processo, o coordenador apresentou brevemente a pesquisa e seu objetivo. A partir daí foram introduzidas questões que se assemelhavam às perguntas do questionário (logo após a apresentação de todos os membros). No grupo, entretanto, a ideia era debater o assunto de forma mais livre. Os estudantes logo se sentiram a vontade para falar sobre sua experiência na graduação e, apesar de estarem em momentos opostos no curso, um grupo finalizando e outro iniciando, foram basicamente unânimes na informação de que não havia a discussão da temática durante as aulas. De forma muito inviesada, a temática aparece em algumas discussões, como foi o exemplo dado pela estudante A. 57 anos, autodeclarada preta, sobre a disciplina que tem como temática principal a violência contra a mulher: “Tinha, como eu disse, foi abordado em outras disciplinas, em algumas outras disciplinas, mas nenhuma matéria em específico sobre esse tema. Eu acho que este seja um grande problema”. Mas sem qualquer aprofundamento. Os estudantes falam também da escassa presença de professores pretos e da ausência completa de bibliografia de autores negros. Os estudantes mencionaram que percebem situações de constrangimento, e relatam que a mediação das discussões, que por ventura tenham acontecido, foram feitas com algumas dificuldades pelos professores. Em outras situações, presenciaram uma evitação em adentrar em tal temática pelo professores.

Como diz V. 47 anos, autodeclarada preta: ““Briguei seriamente em uma aula via *Teams* com uma mulher branca que disse que racismo reverso existia. Aula da prof. D., acho que sobre Organização, não lembro. A professora, depois dos ânimos acalmados explicou o que era o racismo estrutural.” Ou a fala da estudante G. 23 anos, autodeclarada preta: “Nunca aconteceu (a estudante se refere a mediação dos professores), infelizmente sinto uma fuga dos professores em abordar a temática.”

A análise dos grupos focais realizados trouxe questões bastante semelhantes àquelas já obtidas através dos questionários. E, da mesma forma que foi verificado nos questionários, observa-se que a

percepção dos estudantes da graduação em Psicologia (Universidade Estácio de Sá, campus Maracanã) sobre as relações étnico-raciais presentes no universo acadêmico não se modifica em função de sua formação. Suas respostas são semelhantes (estudantes de início do curso e do final) e indicam, normalmente, ausência total ou a falta de discussão mais profunda sobre a temática.

De acordo com as fases da Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2011), foi realizada a pré-análise; a análise do material e por fim o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

O processo, nos questionários e grupos focais, gerou três categorias (Sobre os professores; As falas de constrangimento dos estudantes; Relações étnico raciais na esfera da discussão social e não como um ferramental prático na atuação do psicólogo OU falta de conhecimento de estudantes e professores sobre racismo e formação da subjetividade), frutos da sistematização das características de seus elementos e abaixo é apresentado um texto síntese para cada uma das categorias, de modo a expressar o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise.

4 SOBRE OS PROFESSORES

O projeto inicial da pesquisa não incluía a aplicação do questionários aos professores. No processo de coleta dos dados, entretanto, surgiu a inquietação no grupo de pesquisa sobre a percepção dos professores no que se refere as relações étnico-raciais na Universidade, visto que eles eram mencionados como atores fundamentais na percepção dos estudantes, ainda que fossem considerados como pouco hábeis em relação a abordagem deste tema como podemos ver na seguinte fala de uma estudante R., 30 anos, autodeclarada parda: “Houve casos em que a professora foi assertiva; em outros, não. Faz diferença. Não há letramento racial”. E mesmo com falas racistas, como diz outra estudante do 2º semestre do curso, 19 anos, autodeclarada branca, que informa: “Uma professora teve comentários racistas durante várias aulas”. Assim, todos os 17 professores do curso (16 psicólogos e um biólogo), responderam o questionário da pesquisa, adaptado para eles. Um dado significativo é que 16 entrevistados reconhecem a importância de contemplar o tema das relações étnico-raciais no currículo acadêmico (somente um professor **não** considera importante a inclusão do tema no curso. Esse professor, autodeclarado branco, não menciona razões para isso). No entanto, apenas 47% afirmam ter cursado alguma disciplina ou curso relacionado à temática. Quando perguntados se dentro do plano de ensino de suas disciplinas existem autores negros como referência, 82% respondeu que não.

Considerando a composição do grupo, quase que exclusivamente formado por psicólogos, é importante destacar que é dever destes profissionais, de acordo com o Código de Ética da profissão (Conselho Federal de Psicologia, 2005), atuar com responsabilidade social, analisando crítica e

historicamente a realidade política, econômica, social e cultural, e contribuir para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Assim, mesmo que não houvesse uma obrigatoriedade por parte do professor universitário na apresentação da temática étnico-racial em sala de aula, seria necessário que, enquanto psicólogo, ele atuasse na apresentação e discussão da temática, considerando os dados que já são evidentes sobre educação. E citamos aqui os dados do Pnda (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) (IBGE, 2024), divulgado em março de 2024, que mostra que só 48,3% da população negra no Brasil conseguiu concluir o ensino médio. Conforme o levantamento, a média para brancos é de 61,8%, enquanto a do país é de 54,5%.

É preciso estar atento ao fato de que a atuação técnica do psicólogo é, necessariamente, política. E tal fato precisa ter bastante destaque durante o processo de formação dos novos psicólogos.

Os professores devem seguir as orientações das Diretrizes Curriculares com vistas a formar os futuros profissionais em consonância com os deveres elencados em seu Código de Ética. A atuação do professor Psicólogo deve estar vinculada ao enfrentamento do racismo e do oferecimento de uma formação atenta às relações étnico-raciais. Cabendo aqui ressaltar mais uma Resolução importante do Conselho Federal, a 018/2002 (Conselho Federal de Psicologia, 2002), que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial e apresenta, em seu artigo primeiro que os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo.

Em todo o processo de formação, ao longo da graduação, os docentes são responsáveis pela transmissão e facilitação do conhecimento científico e isso poderia incluir a apresentação de autores negros, a publicização de outras formas de saber que não a eurocêntrica, bem como apresentação de dados e argumentos que possibilitem a formação técnica e crítica dos estudantes, deste caso, na graduação. Os planos de ensino destas disciplinas ministradas por esses docentes nesta instituição em particular, têm uma abrangência nacional, uma vez que a Estácio é uma Universidade com *campi* por todo Brasil. E a ausência de autores negros nestes planos suscita uma discussão sobre o racismo institucional², como nos diz Almeida (2010), mas que não iremos nos deter neste trabalho. Poderíamos também apontar a responsabilidade dos professores frente a esta oferta de material crítico, mas parece não haver um comprometimento quanto a isso por parte dos mesmos frente a questão das relações étnico-raciais na universidade, uma vez que quase todos afirmam a importância de contemplar o tema

²O racismo institucional é definido como o "fracasso coletivo de uma organização para prover um serviço apropriado e profissional para as pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. Ele pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que totalizam em discriminação por preconceito involuntário, ignorância, negligência e estereotipação racista, que causa desvantagens a pessoas de minoria étnica". (Kalckmann, Santos, Batista, Cruz, 2007)

no currículo, mas nenhum deles inclui autores negros no plano de ensino de sua disciplina. Como diz uma estudante do grupo focal do primeiro ano, queixando-se sobre a falta de literatura com autores negros: “Acho que mais do que estudar uma disciplina que fale só de uma coisa específica, acho que é importante também falar tanto de outras abordagens, como são os autores negros que estão trabalhando dentro daquela abordagem. Por exemplo, tem a teoria de TCC e aí, vê se tem um autores negro que estão falando da TCC.”

Os professores que responderam o questionário nesta pesquisa possuem autonomia para propor e incluir textos na ementa das disciplinas, informação coletada com a Coordenação do curso de Psicologia, no campus em que a pesquisa foi feita, e isto nos permite que a responsabilidade da oferta de uma formação em acordo com as diretrizes curriculares está também nas mãos dos professores. Mas os dados colhidos por esta pesquisa mostram que os professores, no discurso, reconhecem a importância de contemplar o tema das relações étnico-raciais no currículo acadêmico, porém apenas 18% afirmam que no plano de ensino de suas disciplinas são contemplados autores negros.

Uma formação técnica descolada do aspecto crítico tem sido a totalidade da graduação, na pesquisa em questão, o que demonstra uma lacuna significativa na construção de um profissional crítico, e este panorama suscita a discussão sobre a forma e conteúdo do que está sendo ofertado nesta formação. Como diz Neto (2010, p.138):

As novas diretrizes curriculares, mesmo inseridas num projeto explícito de atrelamento aos padrões de mercado, avançam ao propor uma concepção de currículo não mais centrada somente na grade de disciplinas e na transmissão de conteúdos padronizados. Elas enfatizam experiências de produção de conhecimento por meio da associação entre ensino, pesquisa e extensão. O currículo passa a ser pensado como sendo o conjunto das experiências que promovem a formação e vão além da pura apreensão de conteúdos prontos. Contudo, existe uma tendência de tudo isso ser capturado numa formação de cunho tecnicista de um profissional “flexível” em consonância com as modulações do mercado, reduzindo as possibilidades de inflexões diferentes e as apropriações por parte de um projeto de formação crítico, assentado numa perspectiva política clara. O modelo de ciência natural valorizado pelas diretrizes reduz a dimensão da clínica a uma ação técnica e instrumental, sem explorar a dimensão ético política de algumas novas práticas clínicas em curso no nosso país. Mesmo assim, um diagnóstico presente no domínio da formação “psi” apresenta-se como pré requisito essencial no desenvolvimento de um projeto de formação crítico.

A Universidade não possui um treinamento específico para o enfrentamento do racismo ou para discussão das questões étnico raciais, mas não se opõe a iniciativas com este escopo, haja vista a pesquisa em questão. Ao nos depararmos com estes dados, desenhamos a possibilidade de que haja uma formação continuada sobre diversidade e inclusão, em especial nesse caso, sobre o racismo e seu enfrentamento.

Outro dado importante é a ausência de professores pretos no quadro de docentes deste curso. Esse é um dado relevante para questionarmos se o assunto só é abordado quando alguma subjetividade é impactada diretamente pelo racismo, por exemplo. Este cenário não é uma exclusividade deste campus, mas reflete o que foi levantado na pesquisa de Ferreira, Teixeira e Ferreira (2022, p.312), em que eles apontam uma prevalência de racial no perfil de docentes do ensino superior:

(...) considera-se que os espaços de produção do conhecimento privilegiam a perspectiva androcêntrica e eurocêntrica, o que foi demonstrado pela existência de diferenças raciais e de gênero na academia, em especial no magistério superior, sendo observadas associações significativas em relação ao gênero, à raça e à intersecção dessas duas categorias na ocupação deste espaço, posto que tal cargo é ocupado majoritariamente por homens brancos. Além disso, observou-se que a categoria administrativa da IES, a idade e atuação profissional atuam como condicionantes na chance de homens negros e mulheres negras e brancas de atuarem na docência superior, quando comparados à categoria de referência (homem branco).

Aqui, há uma diferença significativa de gênero majoritário no perfil desses professores, pois ao contrário da pesquisa referenciada acima, no curso em questão a maioria é do sexo feminino, mas a questão racial se mostra muito importante, onde mesmo as mulheres sendo maioria nenhum dos participantes se declara negro. Cabe ressaltar aqui o Censo do Conselho Federal de Psicologia que indica que no Brasil, a Psicologia continua sendo um campo predominantemente feminino, com 79.2% das pessoas atuantes sendo mulheres, e apenas 20,1% homens (CFP, 2022).

Diante do que foi exposto levantamos três questões: a quem cabe a formação dos novos Psicólogos se não aqueles que não se mobilizam para mudar o cenário atual? A questão étnico-racial só será pauta quando o corpo docente tiver uma representatividade negra? A Universidade segue sendo um microcosmos da sociedade e os dados refletem apenas a mesma realidade vivenciada fora dos seus muros?

Novamente destacando portanto que, além de professor, este grupo de sujeitos é psicólogo. Não parece existir, entretanto, segundo discurso de professores e estudantes, uma mobilização prática para que a questão deixe de estar na esfera da discussão social e passe a ser encarada também como um ferramental prático na atuação do psicólogo.

4.1 AS FALAS DE CONSTRANGIMENTO DOS ESTUDANTES

O ingresso na Universidade é marcado por mudanças significativas e muitos desafios para todos os sujeitos. Alguns desses desafios dizem respeito à adaptação a novos saberes, à responsabilização no processo de construção do conhecimento e as expectativas quanto à inserção no mercado de trabalho, já nos últimos anos da graduação. Este momento coincide ainda, para muitos, com a transição da adolescência para a vida adulta. Ou, em muitos casos, com a volta aos bancos escolares depois de anos

longe deles, como é o caso de diversos estudantes da rede privada de ensino (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP], 2016). Para uma parcela significativa de estudantes, as dificuldades financeiras podem também estar presentes ao longo do processo de formação.

Para pessoas negras e pardas, estar em um ambiente acadêmico pode conter um sentido ainda maior levando em consideração o histórico racial da sociedade. Mesmo com a implementação de políticas de cotas a partir da Lei Federal n. 12.711, promulgada em 29 de agosto de 2012 (Brasil, 2012), a parcela da população preta e parda que acessa o ensino superior ainda é quase a metade do que a de brancos. E essa é apenas a fase final de desigualdades educacionais entre esses dois grupos registradas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) sobre educação de 2023, divulgada pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE, 2024). Um sujeito negro ou pardo ser presente neste ambiente enfatiza a força de uma luta, uma busca por ascensão social e satisfação pessoal. Nesta análise verificaremos o relato de estudantes que vivenciam o mundo acadêmico e suas percepções e vivências que indicam constrangimento em vários momentos. Algumas das falas dos estudantes foram registradas aqui, pois apresenta a dureza da luta antirracista nos espaços acadêmicos. Todas as falas foram respostas colhidas do questionário para a pergunta se o sujeito já havia presenciado e/ou sentido constrangimento com alguma fala racista dentro das atividades do curso de psicologia (aula, jornada, semana acadêmica, etc). Se a resposta fosse positiva, o sujeito era convidado a comentar o ocorrido, os atores e se houve mediação de algum professor da psicologia.

As estudantes L.e V., de 27 e 47 anos, ambas autodeclaradas pretas e no último semestre do curso informam sobre representatividade e racismo no curso: “No início do curso as turmas eram muito grandes, e somente um estudante negro”; “A gente não tem pessoas pretas nos representando na graduação de Psicologia”. “Tem vários níveis de absurdos em se tratando de racismo, alguns mais velados”; “Não temos pessoas representando pessoas da raça negra, em sala de aula. O abandono é grande de pessoas negras ao longo da graduação”; “Eu tive que procurar cursos fora pagando além da faculdade, sobre esses assuntos”.

C. estudante autodeclarada preta do segundo semestre do curso, 30 anos, comenta: "Sim, me senti constrangida e desconfortável com a fala de uma colega em sala de aula, que fez um comentário racista, dizendo: "Minha filha sofre preconceito por ser branca, e os negros deveriam respeitar os brancos."

L. de 27 anos, autodeclarada preta, à época de sua entrevista, estudante do último semestre, descreve um dentre tantos episódios que viveu durante o curso de Psicologia: "Dentre tantos episódios, o que mais me marcou foi quando em uma determinada aula, uma professora estava ditando tudo o

que um profissional não deveria ser (se referindo a aparência física e modo de se vestir) e olhava diretamente pra mim. A aparência ideal, era bem diferente de quem sou. Inclusive o cabelo foi um ponto mencionado que me lembro claramente. Foi dito com todas as letras que algumas empresas cobravam cabelo liso. O que gerou certo debate entre alguns estudantes. Eu achei que fosse coisa da minha cabeça, mas uma outra aluna, que também é negra, me chamou após a aula para dizer que reparou."

P., estudante autodeclarado preto, 39 anos, aluno do último semestre do curso, assim como A., estudante autodeclarada branca, do segundo semestre do curso, e G. estudante autodeclarada preta, de 23 anos, do penúltimo semestre do curso, comentam também sobre um racismo velado e/ou a falta de conteúdos na formação: "Nada verbalizado. Mas não identifiquei nenhum tipo de abordagem ao tema, nenhuma das teorias se propôs a isso, é como se o problema não existisse"; "Nunca aconteceu, infelizmente sinto uma fuga dos professores em abordar a temática"; Sim, mas sou péssima de memória, dá pra perceber que existem falas rascista de alguns professores".

Não é possível terminar este grupo de falas dos sujeitos da pesquisa sem mencionar as falas de V., 47 anos, autodeclarada preta, à época da pesquisa em seu último semestre no curso, que conta que uma professora branca, foi a pessoa que fez com que ela iniciasse o seu processo de racialização (esta professora, à época da pesquisa, não era mais parte do grupo de professores da Instituição). V. conta: "A professora N. (branca) iniciou o meu processo de racialização e graças as questões levantadas por ela, me transformei. Excetuando Estágio Básico I (disciplina), Sexualidade e Questão de Gênero (outra disciplina) e as 2 disciplinas do TCC, nas outras 61 disciplinas, certos temas parecem tabu na universidade, melhor ficar calado para evitar problema". E V. termina por apresentar as razões pelas quais devemos ter contemplado no currículo da graduação em Psicologia, o tema de Relações Étnico-raciais:

"O racismo é um sistema violento de opressão, subalternidade e manutenção de poder e privilégio. Uma sociedade justa e igualitária necessita rever suas bases e entender que onde um sofre todos estão envolvidos, seja corroborando o fortalecimento do racismo (pessoas brancas) ou na reprodução dele (pessoas negras). Não há dignidade na sujeição de seres humanos! Se hoje, posso dizer essas palavras é porque não estou sozinha, minha luta vem de longe, é ancestral. Para que meus descendentes possam viver uma outra realidade é preciso que minha voz e as vozes alidas se projetem além do espaço/tempo. E isso só vai acontecer com luta, educação, espaço, perseverança, constância, debate, empoderamento, outros tantos outros aspectos".

Observa-se que existe pouca ou nenhuma representatividade negra tanto de estudantes, quanto de professores ou formadores de opinião no curso de Psicologia na Universidade, campus Maracanã.

Este quadro que reflete a pesquisa realizada pelo Instituto Semesp (2020), onde os professores negros ocupam um espaço de 22,6% nas instituições de ensino superior privadas do país. Fica o questionamento sobre a frustração desses estudantes ao se depararem com esta realidade, ou o quanto a falta de representatividade, tanto na escassez de autores negros apresentados pelos docentes como já visto acima, quanto em representantes que ocupam o espaço físico na universidade e quanto isso pode afetar no desenvolvimento acadêmico desses estudantes. De acordo com Munanga (2004), a universidade é um dos espaços onde não caberiam os(as) negros(as), tendo em vista que, culturalmente e historicamente, existe um mito que atribui aos negros a falta de capacidade intelectual e de desempenho. Os que conseguem alcançar este espaço contrariam e ultrapassam as privações e negações culturalmente sobrepostas a eles, pois ocupando estes espaços rompem as barreiras da desigualdade, pois poderiam realizar pesquisas, construir novos saberes, sendo cientistas, e muitos deles atuam com uma perspectiva de fazer mudança realizando trabalhos voltados para lutas antirracistas e antissextistas (Silva; Euclides, 2018).

Para muitas pessoas negras a ascensão social vem após muitos anos de estudos, e este conhecimento jamais poderá ser retirado. Estar em um ambiente acadêmico que motiva e impulsiona seus estudantes faz toda a diferença e percebemos que através destas falas esse ambiente pouco existe no curso de Psicologia na UNESA onde pouco se vê, fala ou escuta sobre pessoas negras. Como nos diz Lima Barreto, mais de um século atrás – 1909 – quando conta a história real, ambientada no Rio de Janeiro do começo do século XX, de um jovem negro, talentoso e inteligente que, embora tivesse todos os atributos para ser inserido na sociedade, foi massacrado pelo preconceito racial.

[...] O que me fazia combalido, o que me desanimava eram as malhas de desdém, de escárnio, de condenação em que me sentia preso. Na viagem, vira-as manifestar-se; no Laje da Silva, na delegacia, na atitude do delegado, numa frase meio dita, num olhar, eu sentia que a gente que me cercava, me tinha numa conta inferior. Como que percebia que estava proibido de viver e fosse qual fosse o fim da minha vida os esforços haviam de ser titânicos [...]. Revolta-me que me obrigassem a despendar tanta força de vontade, tanta energia com cousas em que os outros pouco gastavam. Era uma desigualdade absurda, estúpida [...]. (Barreto, 2010, p. 141).

O espaço acadêmico tem se apresentado como um silenciador e os profissionais de psicologia que não incluem em suas vivências acadêmicas a temática racial descumprem a Resolução CFP n.º 018/2002 que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial.

Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo. Art. 2º - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito de raça ou etnia. Art. 3º - Os psicólogos, no exercício profissional, não serão coniventes e nem

se omitirão perante o crime do racismo. Art. 4º - Os psicólogos não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação racial.

Um aspecto a ser considerado neste ponto é que, segundo o já citado Censo da Psicologia, 64% das/os psicólogas/os são pessoas brancas. Esse dado de psicólogas/os brancas/os aponta para a relação de desproporcionalidade com os índices da população brasileira, que é composta por 54% de pessoas negras (CFP, 2022). E assim podemos refletir sobre o interesse da manutenção dos privilégios da branquitude também na Psicologia, como nos diz Bento (2022) sobre o pacto da branquitude, pacto este não verbalizado que assegura a manutenção de um grupo social privilegiado.

Apesar da reflexão sobre a branquitude da Psicologia ser possível, é visível que a profissão tem buscado, através de várias ações de seu Conselho Federal e Conselhos Regionais, se posicionar contra o racismo e a discriminação racial, lutando contra esta forma de opressão em todas as áreas da vivência social, e em toda prática ou formação acadêmica, não deixando que esta última fique isenta de sua responsabilidade. Contudo, o relato dos estudantes nos mostram que mais ações são necessárias para qualificar os professores ou, pelo menos, sensibilizá-los sobre como colocar em prática, na formação, uma perspectiva antirracista.

4.2 RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NA ESFERA DA DISCUSSÃO SOCIAL E NÃO COMO UM FERRAMENTAL PRÁTICO NA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO OU FALTA DE CONHECIMENTO DE ESTUDANTES E PROFESSORES SOBRE RACISMO E FORMAÇÃO DA SUBJETIVIDADE

A falta da difusão de um conhecimento mais aprofundado sobre relações étnicas-raciais pode ter um prejuízo profundo tanto para a formação do psicólogo, quanto para a população atendida. Quando há esta ausência de informação fundada em conhecimentos sociais, corre-se o risco de que o psicólogo tenha perspectivas limitadas ou estereotipadas sobre determinadas populações e podem perpetuar esta visão de mundo para sua prática, ou seja, resultando em escolhas de palavras ou técnicas/abordagens que não sejam sensíveis ao contexto social daquele sujeito ou sujeitos e possivelmente reforçando preconceitos e fazendo com que grupos sociais tenham sua saúde mental ou crença nos profissionais desta área afetada.

Além disso, esta falta da difusão de um conhecimento mais aprofundado sobre relações étnicas-raciais pode afetar o ambiente educacional de formação de psicólogos, já que, se não há discussões ou informações aprofundadas, isto pode fazer com que este ambiente não reconheça ou não dê o devido peso para micro-agressões e discriminação que os professores e/ou estudantes de psicologia possam

enfrentar. A recorrência dessas situações pode afetar a permanência dos estudantes na formação e criar um ambiente tóxico para o professor. Pois, como diz Kilomba (2019), falando dos espaços acadêmicos, a falta de representatividade negra não se dá somente pela ausência de discursos e contribuições desse grupo, mas pela desqualificação, invalidação e apagamento.

Ademais, a negligência de estudo sobre o tema, impede que o profissional desenvolva habilidades necessárias para lidar com questões de identidade racial e a discriminação que grupos podem enfrentar na sociedade. Sem reconhecer os pontos falhos do curso de graduação da Psicologia não permitimos uma abordagem crítica de como a disciplina se desenvolveu e falhou. Com estas omissões a psicologia torna-se mais uma ferramenta de perpetuação de mitos, estereótipos e desigualdades, deixando de lado sua missão e compromisso de promover saúde mental e o bem-estar de todos os indivíduos, independentemente de sua origem étnica/racial.

Para que esta realidade mude, é preciso reavaliar as referências e as bibliografias que formam a base das disciplinas e, conseqüentemente, do curso de graduação em Psicologia. Ao incorporar a diversidade de autores na construção das disciplinas, possibilitamos que todos os estudantes tenham acesso a diferentes realidades e perspectivas, e por assim capacitando-os a lidar com questões relativas às relações étnico- raciais e a compreender como essas questões moldam tanto sua subjetividade pessoal quanto sua atuação profissional.

Além dos referenciais teóricos, é necessário que a postura do professor de Psicologia seja ativa, com relação a busca de conhecimento sobre práticas antirracistas. Entendemos que muitos desses professores, que foram citados pelos estudantes, não tiveram uma formação antirracista. Todavia, o princípio fundamental IV, do Código de Ética do psicólogo, nos diz que “ O psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática” (CFP, 2005, p.7) e, dessa maneira, a falta de conhecimento sobre a temática antirracista nas graduações não deve ser motivo para a perpetuação desse cenário. A formação exige aprimoramento profissional para que se possa lidar com questões sociais que se modificam ao longo do tempo.

É um desafio, como está descrito no documento “Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogos/os” (CFP, 2017), realizado pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e políticas públicas (CREPOP): “formar psicólogas(os) e professoras(es) que se sensibilizem para com a temática racial e incluam-na de forma transversal nas diversas disciplinas da Psicologia faz-se necessário” (p.106). Entender que é fundamental a sensibilização para os aspectos psicológicos envolvidos nas relações raciais no Brasil.

Acreditamos, assim como Munanga (*in* Carone, I.; Bento, M. A. S. (Org.), 202), que a Psicologia brasileira é uma área que tem muito a contribuir na produção do conhecimento sobre o racismo e suas consequências na estrutura psíquica tanto dos indivíduos vítimas como nos discriminadores. E podemos ainda recorrer a Sant’Ana (*in* Munanga, 2005) se dirigindo aos professores da Educação Básica: “Não dá para fugir da curiosidade dos alunos e nem é aconselhável camuflar as respostas. O jeito é enfrentar a questão de frente”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados que foram colhidos apontam para a quase inexistência da temática no curso de graduação em Psicologia e para a ausência de conhecimento do quanto as questões étnico-raciais estão presentes na constituição da subjetividade. Professores e estudantes que supostamente desejam trabalhar a questão, mas que efetivamente não trabalham em sala de aula, que não tem representatividade de professores pretos e nem indicação de leitura de autores pretos. Estudantes que vivenciam constrangimentos e falas racistas e que não são devidamente acolhidos por professores que estão despreparados, ainda que interessados no assunto. Isso nos leva a Van Dijk (2012) que nos apresenta o conceito de negação do racismo, que seria uma das principais formas de demonstração do racismo na contemporaneidade. De acordo com este autor, existem quatro maneiras de se negar o racismo: mitigação, escusa, justificativa e reversão. Não é propósito desenvolver toda a ideia do autor aqui, mas muitas das falas que os estudantes reproduziram, como “racismo reverso”; “brancos também morrem”; “pretos precisam respeitar os brancos”, outras tantas, fazem alusão ao conceito de reversão do autor. Observa-se, nesta perspectiva, que a vítima do ato racista acaba sendo responsabilizada pela violência sofrida.

Acredita-se, assim como Silva e Paula (2002) que a formação do estudante de Psicologia precisa apresentar as bases epistemológicas que apresentem contexto sócio histórico, escravidão, política da colonização e povos africanos, o genocídio de negros e indígenas, bem como a escravidão. Toda essa história deixou marcas que estruturam a base do pensamento - psiquismo - de negros e brancos e isso precisa ser de conhecimento dos profissionais da Psicologia, pois, como diz Bento (2002), o racismo internalizado não está presente somente nas pessoas negras, mas também nas brancas. Sem isso a Psicologia não será capaz de pensar a atuação e colaboração desses profissionais na promoção da saúde mental de pessoas pretas, pardas ou brancas. A luta não é somente para conscientizar e combater o racismo, mas para que entendamos que o racismo causa sofrimento e afeta, de forma indiscutível, a formação do sujeito, seja ele de qualquer cor, sendo portanto necessário este

estudo para que seja fundamental do profissional da área. Ou, revisitando e parafraseando a obra necessária de Neuza Santos, “Tornar-se negro” (2021), quando fala que ser negro é um vir a ser:

Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência [...] Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori, é um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro.

A Psicologia também precisa tomar consciência do processo ideológico e suas consequências nos sujeitos. Além disso, ela precisa ser um agente de transformação social e não um instrumento perpetuador de opressão e sofrimento.

O grupo de pesquisa, composto por um grupo de mulheres autodeclaradas pretas e autodeclaradas brancas, estudantes e professoras de Psicologia, entende que temática racial não pode ser somente tratada por pessoas negras ou pardas. Mas sim por todos os profissionais da Psicologia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. Racismo estrutural. São Paulo: Jandaíra, 2019.

ARRAES, J. Uma breve reflexão sobre o papel político da Psicologia. Revista Forum Digital, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/p/institucional/sobre.html>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, L. Recordações do escrivão Isaías Caminha. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2010.

BENTO, C. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 19 abr. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CP nº 3/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 2004.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de outubro de 2023. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 out. 2023. Seção 1, p. 55-57.

CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2018.

CARVALHO, A.; SOUZA, C. Relações de gênero e étnico-raciais nos currículos de Psicologia: aproximações e desafios. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 40, e201972, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/DnyMSGZXkjT5yKNBdFdSFGx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 abr. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Censo da Psicologia Brasileira. Brasília: CFP, 2022. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol1-1.pdf. Acesso em: 25 mar. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogos/os. Brasília: CFP, 2017.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 4ª REGIÃO. Novembro Negro: “Não tem como fazermos uma Psicologia antirracista se desde a nossa graduação não for assim”. Minas Gerais: CRP04, 19 nov. 2020. Disponível em: <https://crp04.org.br/novembro-negro-nao-tem-como-fazermos-uma-psicologia-antirracista-se-desde-a-nossa-graduacao-nao-for-assim/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 018, de 20 de dezembro de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (PNAD Contínua). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 19 abr. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD Contínua: Educação 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 25 mar. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2015. Brasília: INEP, 2016. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/public/index.php/documentos/detalhe/492/sinopse-estatistica-da-educacao-superior-2015>. Acesso em: 25 mar. 2025.

FERREIRA, E. M.; TEIXEIRA, K. M. D.; FERREIRA, M. A. M. Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino. Espaço Temático: Serviço Social, Racismo e Classes Sociais. Katál, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 303-315, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/LvwKpGwBpzfTFtZkS3MygsL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2025.

HÜNING, S. M.; SILVA, A. K. da; NETTO, T. L. B. Vulnerabilidade da população negra e políticas educacionais no Brasil. Cadernos Cedes, Campinas, v. 41, n. 114, p. 157-171, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/ypZvGwnke3hNLKCTC4bSQcd/>. Acesso em: 28 mar. 2025.

KILOMBA, G. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MUNANGA, K. (org.). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NETO, J. L. F. Uma genealogia da formação do psicólogo brasileiro. Memorandum, Belo Horizonte, n. 18, p. 1-17, abr. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/download/6645/4219/22070>. Acesso em: 25 mar. 2025.

PASSOS, J. C. Juventude negra na EJA: os desafios de uma política pública. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2010.

PATRIARCA, H. A. Subjetividade da psique preta: como uma herança da ancestralidade de sofrimento, ódio e culpa se inter-relaciona com a estrutura sadomasoquista. Estudos Psicanalíticos, Belo Horizonte, v. 54, p. 141-146, dez. 2020. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372020000200014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 mar. 2025.

SCHUCMAN, L. V. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. Psicologia & Sociedade, v. 26, n. 1, p. 123-131, 2014. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/psoc/a/ZFbbkSv735mbMC5HHCsG3sF/?lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SILVA, F. H. A.; PAULA, P. A. F. Os impactos do racismo na subjetividade do jogador de futebol negro. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 40, e229392, 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/DSdQCbppgCb9BQcG75htG4p/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 mar. 2025.

SILVA, J. da; EUCLIDES, M. S. Falando de gênero, raça e educação: trajetórias de professoras doutoras negras de universidades públicas dos estados do Ceará e do Rio de Janeiro (Brasil). Educar em Revista, Curitiba, v. 34, n. 70, p. 51-66, 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/er/a/snWvxPSTLhrJqY67FZvxM3G/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 mar. 2025.

SOUZA, N. S. Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ. Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia. Rio de Janeiro: Estácio, 2017.

VAN DIJK, T. A. Discurso e poder. São Paulo: Contexto, 2012.

VEIGA, L. M. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. Fractal: Revista de Psicologia, Niterói, v. 31, p. 244-248, 2019. Disponível em:
<https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/29000>. Acesso em: 19 abr. 2023.